

SUCESSÃO Planejamento patrimonial pode evitar conflitos, mas a modalidade deve considerar cláusula de usufruto

Doação de bens em vida registra alta de 65% na Bahia antes da mudança de regras

JACKSON SOUZA

A doação de bens em vida, cresceu 65% no estado entre 2020 e 2025, mostra levantamento do Colégio Notarial do Brasil – Seção Bahia (CNB-BA). Com a reforma tributária e possível aumento do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), o ano de 2026 pode ser o último com as regras ainda em vigor, mas é preciso ter cautela nos termos da doação, que deve considerar o usufruto do doador, avalia advogado entrevistado.

“Percebemos um interesse crescente pelo planejamento sucessório, e isso ajuda a tratar o assunto de maneira mais preventiva. Falar sobre sucessão não significa necessariamente falar sobre morte, mas sobre organização patrimonial, proteção da família e prevenção de conflitos futuros. Quando essas decisões são discutidas e formalizadas ainda em vida, a família pode definir com mais clareza como pretende organizar seu patrimônio”, frisa Carolina Catizane, presidente do CNB-BA.

Ela argumenta que não se pode, ainda, entender o crescimento como uma mudança cultural dos baianos, mas no curto prazo a tendência é que a procura continue elevada.

Se em 2020 foram 1.674 registros de cessão, em 2025 esse número chegou a 2.763 – maior número da série histórica pesquisada –, segundo dados da CNB-BA, o que revela um crescimento de 13% em média ao ano.

O levantamento mostra ainda um aumento na arrecadação do imposto ITCMD (na Bahia ITD), que teve aumento de 135%, saindo de R\$ 165 milhões para R\$

388 milhões no mesmo período, sinalizando que os baianos têm se atentado a essa modalidade.

Para o advogado André Andrade, especialista em direito sucessório e planejamento patrimonial, a doação em vida se mostra uma boa opção em relação ao inventário, que, por sua vez, se torna caro - chega a custar 10

Com a reforma tributária, bens que somam R\$ 100 mil ficam isentos do imposto

a 20% do total de bens –, sendo 8% apenas de imposto; numa doação, afirma, o percentual chega a 4%.

“As pessoas estão cada vez mais olhando o planejamento sucessório, e a doação é muito interessante para economizar custos, para simplificar, para evitar brigas, porque no inventário é irmão brigando com irmão, é uma coisa ali que às vezes fica extremamente cara e demorada. E aí, quando eu for fazer uma doação, vou ter um custo total de cerca de 4% (do bem). No caso aqui da Bahia. Isso acaba sendo muito mais barato”, afirma.

Cautela do usufruto

O advogado ressalta que, embora mais barata, a doação é uma opção que precisa de cautela para garantir segu-

rança no ato, lembrando que se feita de qualquer forma, sem, por exemplo, o termo de usufruto em vida do doador, o que era para ser uma solução simples acaba virando uma dor de cabeça.

“Quando a pessoa vai fazer isso, é muito perigoso sem os cuidados, porque quando você doa, aquele bem passa a ser da pessoa. Então, para isso a gente tem um instrumento que é muito interessante, que é o usufruto, um direito que fica ali, inclusive na documentação do imóvel também, que a gente chama direito real, e ele vai estabelecer um direito fixo dessa pessoa que está doando, que está reservando para si, que a gente chama de usufrutuário, de usar esse bem comum livremente e também receber frutos, como aluguéis”, alerta.

Com a reforma tributária, este ano é visto como o último em que será possível fazer a transmissão de bens no termos atuais por especialistas, isso porque a reforma prevê que o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) seja aplicado uma tarifa progressiva entre 2% e 8%, o que deve favorecer o cenário para que os que herdam mais paguem mais, já que alguns estados possuem alíquotas fixas, como São Paulo (4%).

Na Bahia, por exemplo, se uma pessoa desejar doar bens que somam R\$ 100 mil, pagaria uma alíquota de R\$ 3 mil; no caso de inventário, nesta situação, o valor fica dentro de uma faixa isenta do pagamento do imposto específico.

Solução

Para a psicóloga Vera Lúcia (nome fictício a pedido da fonte), a doação foi uma saída para evitar altos encargos de um possível inventário na transmissão de um bem que já está na família há gerações; essa foi a solução encontrada por ela e os irmãos a pedido do pai, conta. Ela afirma ainda que acompanha diversas situações envolvendo inventários que costumam gerar conflitos ou intensificá-los; nestes casos, optar por uma forma mais fácil é um ato de amor.

“A gente sabe que, com isso, está evitando o inventário, evitando taxas muito mais caras futuramente. Foi tudo muito rápido. Com a ajuda de um bom advogado, a gente conseguiu dar entrada nos processos rapidamente e resolver a situação. Eu penso que organizar essa questão patrimonial é um ato de amor que podemos ter com os filhos. Principalmente em famílias com sistemas e relações mais complexas, deixar tudo mais organizado é uma forma de cuidado”, conta.

É importante esclarecer que não é preciso, necessariamente, de um advogado para realizar o processo de doação, no entanto, o profissional pode garantir que tudo esteja dentro dos termos desejados. Outro ponto é que a lei brasileira prevê no Código Civil a proibição da transmissão total dos bens, ou seja, não é possível doar todos os bens e deixar os herdeiros sem nada, mesmo que essa seja a vontade.

Em um testamento, modalidade expressamente conhecida, em que fica determinada a vontade de quem o fez, não exclui a necessidade de um inventário.



Xando Pereira / Ag. A TARDE

SANTA DULCE

Procissão dos Nós reforça devoção

DUDA SANTA RITA*

Das janelas de suas casas, moradores do bairro de Roma acompanharam a passagem de fiéis pela 3ª edição da Procissão dos Nós, realizada ontem. A caminhada saiu do Santuário Santa Dulce dos Pobres em direção à Igreja do Senhor do Bonfim, reunindo devotos em um percurso de cerca de 2 km marcado por orações, músicas e pedidos de intercessão.

“Hoje para nós é um dia muito especial porque a gente traz os pedidos, que cada um dos fiéis fez pela intercessão de Santa Dulce, aos pés do Senhor do Bonfim. Santa Dulce sempre vinha aqui, então esse também era um gesto dela que nós repetimos hoje”, destacou Frei Ícaro Rocha, reitor do Santuário Santa Dulce dos Pobres.

Antes da festa, os cordões são vendidos aos devotos para que cada um possa fazer seus pedidos e agradecimentos a Santa Dulce, representados por 13 nós. Com cerca de 20 centímetros, as unidades são amarradas pelos fiéis na Capela das Relíquias até as vésperas da procissão, quando são retirados e usados para formar um grande cordão que acompanha os participantes pelo Caminho da Fé até a Igreja do Senhor do Bonfim.

A caminhada foi marcada por momentos de oração e músicas dedicadas a Santa



Ascom Osid / Divulgação

Evento integra programação da quarta edição da Festa de Santa Dulce dos Pobres

Dulce dos Pobres. Para Frei Ícaro, o envolvimento dos devotos durante o percurso reforça a força da devoção. “Enche o nosso coração de esperança e de alegria. É bonito ver essa devoção e saber que

os fiéis não medem esforços para estar aqui rezando e pedindo pela intercessão de Santa Dulce”, afirmou.

A professora Emanuele Ferraz, de 26 anos, contou que foi a sua primeira vez na procissão. “Não sou muito religiosa, mas o que eu acredito é o que Santa Dulce fez e quem ela foi. É muito emocionante como Santa Dulce une tantas pessoas e o quanto essas pessoas também acreditam no amor que ela pregava”, relatou.

Devota do Anjo Bom da Bahia, Maria da Conceição Silva, 64 anos, sempre participa das celebrações em homenagem à santa e esteve na procissão para pedir por pessoas em

situações de vulnerabilidade. “O que nos alimenta é a nossa fé, estar aqui junto na fé e pedir por todos aqueles que precisam realmente de um milagre”, disse.

A 3ª Procissão dos Nós faz parte da 4ª Festa de Santa Dulce dos Pobres, que segue hoje, Dia Festivo do Anjo Bom do Brasil. A programação contará com missas, apresentação musical às 15h e Missa Campal às 17h, presidida pelo Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil, Cardeal Dom Sergio da Rocha, finalizando com a Procissão Luminosa, às 18h30.

*SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA ISABEL VILLELA

CEMITÉRIO MEMORIAL

Audiência pública pede desapropriação do imóvel

ELVIRA ROSA*

A segunda audiência pública sobre o futuro do Cemitério dos Africanos, no Campo da Pólvora, definiu ontem a criação de uma Comissão Interinstitucional e a interrupção de atividades econômicas e lúdicas promovidas pela Santa Casa de Misericórdia no local. Entre elas estão festas, casamentos e o funcionamento do estacionamento, cujo uso é apontado como prejudicial ao acervo arqueológico.

Historiadores, pesquisadores, arqueólogos, representantes do movimento negro e entidades políticas participaram da reunião visando propor o reconhecimento do local como memorial e discutir a reparação devida aos povos negros escravizados. A importância histórica do espaço foi reforçada pelos resultados de uma pesquisa arqueológica apresentados em 21 de outubro de 2025, com o levantamento cartográfico no doutorado da arquiteta urbanista e pesquisadora da Ufba, Silvana Olivieri.

O estudo evidenciou vestígios mortais de mais de 100 mil pessoas enterradas ao longo de mais de 150 anos no cemitério, localizado no complexo da Pupileira. Em sua maioria, eram africanos escravizados e seus descendentes,

enterrados diretamente no solo, sem rituais religiosos e em covas coletivas. Entre os escravizados estariam líderes da Conjuração Baiana (1798) e da Revolta dos Malês (1835).

A importância histórica do espaço também foi destacada por representantes do movimento negro durante a audiência. Para Eliete Paraguassu, ex-vereadora e referência do movimento negro e quilombola, a discussão sobre o cemitério representa uma oportunidade de enfrentar o apagamento histórico da população negra e cobrar respostas do poder público. “Essa audiência representa um momento muito importante para Salvador porque coloca diante da cidade uma história que durante muito tempo foi silenciada. Estamos falando de pessoas, de ancestralidade e de um território que guarda as marcas da escravidão e do apagamento da população negra. E, quando essa história vem à tona, ela exige uma resposta do poder público”, afirmou.

Segundo Silvana Olivieri, a pesquisa permitiu identificar a localização exata do cemitério na parte frontal do complexo da Pupileira.

*SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA ISABEL VILLELA

LEIA ÍNTEGRA NO PORTAL A TARDE